



A agonia das democracias

Manuel Abranches de Soveral

Na segunda década do século XXI há um fenómeno político que avulta, sobretudo pelas consequências estruturais que anuncia e pelas causas vitais que implica: a agonia das democracias.

Por todo o lado se verifica a tendência, cada vez mais acentuada, de os resultados eleitorais, base essencial da democracia, serem recusados ou contestados pelas partes perdedoras, sem o generalizado escândalo da opinião pública. Ao que se adiciona a crescente formação de soluções governativas frankensteinianas, como dizem os espanhóis, ou de geringonça, como se diz por cá. Ou seja, coligações contra-natura, muitas vezes não anunciadas na campanha eleitoral, destinadas a conseguir o poder a todo o custo, por vezes subvertendo os resultados do partido vencedor das eleições.

É sobretudo significativo, contudo, o crescente fenómeno da recusa dos resultados eleitorais por parte dos perdedores, seja com o argumento de alguma alegada fraude, seja pura e simplesmente pelo não reconhecimento dos órgãos executivos eleitos, cujo direito (e dever) de governar é imediatamente posto em causa. Com a conseqüente tendência para cair na rua a conflitualidade, cada vez mais violenta; as divergências deixarem de ser redimidas na orgânica democrática e a

política institucional passar a ser controlada por grupos de pressão, na rua e nas redes.

Todos estes fenómenos indiciam um padrão, um plano inclinado em que já escorregamos, que inexoravelmente conduzirá em poucas décadas, se nada de radical for feito muito rapidamente, ao colapso das democracias.



Não sendo devidamente analisado, este fenómeno parece estranho num tempo em que o nível de doutrinação democrática da sociedade é altíssimo. Tanto mais que a contestação social aos resultados eleitorais tende a ser maior por parte da esquerda do que da direita.

É por isso fundamental percebermos as razões que mais determinam este fenómeno, isolando causas estruturais e causas instrumentais.

A evidente decadência e descrédito da intermediação mediática profissional e institucional, portanto do jornalismo, aliada à descontrolada avalanche das chamadas redes sociais, constitui-se uma clara causa instrumental. A isto podemos acrescentar outra característica da modernidade, resultante directa do tipo de ensino que por todo o mundo se ministra: a superficialidade com que tudo é geralmente tratado (com excepção do futebol) e a concomitante ignorância dos fundamentos teóricos, filosóficos, históricos e doutrinários que subjazem a todos os temas sempre tão levemente analisados. Com a significativa agravante da vida frenética que somos obrigados a levar e a consequente incapacidade ou impossibilidade de dar às coisas o tempo de análise e explanação de que elas na verdade carecem.

Mas, para lá das causas instrumentais ou circunstanciais, há causas estruturais que são verdadeiramente determinantes. A principal das quais é a natureza da própria democracia, que mudou muito ao longo dos últimos 50 anos.

Em boa verdade, a democracia foi interferindo, paulatina mas crescentemente, na vida dos cidadãos, coarctando-lhes as liberdades. Cada vez mais interfere em aspectos fundamentais da nossa vida, regendo tudo e todos, asfixiando e uniformizando a sociedade e impedindo as livres e diversas inventiva e criação humanas, fonte de toda a transcendência e cadinho da verdadeira evolução.

Na sua origem, a democracia surge para resolver de forma pacífica e cooperante aqueles problemas comuns de uma sociedade que de outra forma não tinham solução eficaz. Portanto, o que ficava nas mãos da decisão maioritária da comunidade correspondia a 20%, se tanto, da vida das pessoas. Uma democracia com estas características, pouco intrusiva, aceita-se facilmente, até porque são evidentes os seus benefícios

para a comunidade. Mas quando a interferência da democracia na vida das pessoas atinge os 90%, como hoje em dia, com os enormes custos fiscais inerentes, torna-se cada vez mais difícil de aceitar, por muito condicionados e apáticos que já possam estar os cidadãos. Sobretudo para aqueles que discordam frontalmente das orientações políticas e ideológicas da parte vencedora.

A isto acresce que, na maioria das democracias, a representação parlamentar ou presidencial, devido às regras e métodos eleitorais e à abstenção, em geral conduz a que as "maiorias" governantes, que vão decidir sobre 90% das nossas vidas, não representam mais do que 30% da população!

Ora, é esta desvirtuada natureza da democracia actual que a torna cada vez mais asfixiante e arbitrária, e leva muita gente a não aceitar resultados que vão ter impactos muito significativos e injustificados nas suas vidas.



Não há dúvida de que foi a esquerda que prosseguiu o objectivo ideológico de aumentar o mais possível as funções do Estado e, portanto, criou à democracia esta situação insustentável. Este é, aliás, o teste mais fiável para determinar se hoje ou no passado um partido ou governo é ou foi de esquerda ou de direita: se aumentou as funções e o papel do Estado, é ou foi de esquerda. O resto é folclore.

Não deixando de ser curioso, por outro lado, que hoje é sobretudo a esquerda que mais contesta os resultados eleitorais sempre que perde. Certamente por feitiço e porque sabe o poder potencial do Estado sobre os cidadãos e receia o que a direita pode fazer, particularmente quando não é tolhida por uma Constituição paralisante de esquerda. Talvez devido a uma formação mais disciplinada, ou quiçá por hábito ontológico, a direita tende a encaixar melhor as derrotas eleitorais. Mas, verdade se diga, poucos ou nenhuns são os governos de direita que, uma vez alcançado o poder, tratam de devolver as liberdades aos cidadãos, baixando a interferência do Estado para os ideais 30%, sempre que as Constituições o permitam e não há maioria suficiente para as rever.

Ora, se há coisa que pode e deve definir a direita é, numa frase, a defesa intransigente das liberdades, portanto o oposto da defesa do Estado interventivo, onnipotente e omnipresente. Mesmo quando essas liberdades eventualmente conflituam com valores e princípios que são caros a essa mesma direita. Porque a alternativa de ser o Estado a decidir, seja em que sentido for, forçando o comportamento obrigatório de todos, abre um precedente terrível.

As leis devem ser poucas, gerais, positivas, claras e unívocas. Todo o cidadão tem o direito de saber à partida, sem demasiado esforço, o que é ou não legal, portanto o que pode ou não pode fazer. Até porque a ignorância da lei não a desobriga. Em Portugal, o actual pandemónio legislativo e regulatório é insustentável. Não só promove a corrupção, nomeadamente nas administrações pública e autárquica, como permite a selvajaria jurisprudencial. Não é raro a mesmíssima acção ter, na mesma instância, sentenças opostas em comarcas diferentes!

O natural conflito social deve sobretudo ser redimido nos tribunais e não por ingerência ou prepotência estatal ou administrativa. Por isso é fundamental todo um novo e depurado quadro legislativo e, ao mesmo tempo que se eliminam as funções supérfluas do Estado, garantir que o poder judicial seja substancialmente fortalecido em independência e meios, de forma a dar a resposta cabal e atempada que se impõe. Há muito que este gravíssimo problema está diagnosticado, mas ninguém o resolve.

Hoje, com a desculpa da pandemia, mais do que nunca as democracias elevaram o nível de interferência na vida das pessoas para patamares insuportáveis, pouco se distinguindo nisso da ditadura chinesa. E se, por razões de saúde pública, muitos aceitam passivamente e até com agrado estas ingerências na sua vida, o problema é que o precedente, uma vez aplicado, irá no futuro servir para legitimar na cabeça das pessoas um dirigismo de Estado cada vez mais apertado e prepotente, um Estado policial que de democracia já não terá nada.

A direita, aqui e no resto do mundo, tem nesta encruzilhada um papel crucial a desempenhar. Deve libertar-se de todos os atavismos (deixar isso para a esquerda...) e centrar o seu discurso e a sua mensagem política nesta questão primordial: recentrar a democracia na sua natureza sã e dinâmica, que deverá controlar apenas aquilo que lhe é próprio, que não precisa ultrapassar 30% da vida das pessoas, e devolver aos cidadãos, em quem afinal reside a soberania, as suas naturais e preciosas liberdades, o que também implica uma enorme redução na carga fiscal que os esmaga.

Esta libertação da sociedade deverá ser transversal, da economia ao ensino e da saúde à segurança social (não confundir com assistência social). Só assim será possível salvar as democracias!

Porto, 24.10.2020

Manuel Abranches de Soveral

Jornalista